



GRUPO DE ESTUDO DE DESEMPENHO AMBIENTAL DE SISTEMAS ELÉTRICOS - GMA

A QUESTÃO DA RESERVA LEGAL NO PROJETO PARANAÍBA

LUÍZA LEMOS NOGUEIRA MARTINS(1)
PARANAIBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.(1)

RESUMO

Este informe apresenta o Projeto Paranaíba Transmissora construído para permitir a interligação, em 500 kV, das subestações Barreiras II/ Rio das Éguas/ Luziânia/ Pirapora 2, com extensão total de 953 km. O principal foco deste trabalho serão as áreas de Reserva Legal que a Linha atravessou. Para isso a Paranaíba criou um departamento apenas para lidar com essa questão e envolvendo muitos proprietários, o Programa de Comunicação Social, condicionante da Licença de Operação, começou a ser realizado em conjunto.

PALAVRAS-CHAVE: Reserva Legal, Cadastro Ambiental Rural, Programa de Comunicação Social

1.0 INTRODUÇÃO

O projeto Paranaíba é resultado do leilão ANEEL 007/2012 e prevê a interligação das Subestações Barreiras 2 / Rio das Éguas / Luziânia / Pirapora 2, com uma extensão total de 953 kms. O Consórcio Paranaíba vencedor do leilão é composto por State Grid Brazil Holding (51%), Furnas (24,5%) e COPEL (24,5%), e o prazo de implantação do projeto foi fixado em 36 meses.

Foi necessário a supressão da vegetação nativa ao longo da LT para a implantação da faixa de serviço e das praças de torres. Sendo que algumas dessas regiões submetidas à supressão estão inseridas em área de Reserva Legal (RL) das propriedades rurais interceptadas pelo traçado. Diante disso, foi exigido pelo Núcleo de Licenciamento do IBAMA de Tocantins, responsável pelo processo de licenciamento do empreendimento, por meio da Autorização de Supressão Vegetal nº 977/2014, que a supressão de vegetação em áreas de Reserva Legal fosse condicionada à manifestação oficial dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente quanto às medidas a serem adotadas para a intervenção nessas áreas.

Neste trabalho serão descritas todas as fases do projeto tais como a gestão fundiária, o licenciamento ambiental, com ênfase em como a empresa resolveu essa questão da Reserva Legal.

2.0 DESCRIÇÃO DO PROJETO

Como dito no item anterior, o projeto Paranaíba é resultado do Leilão ANEEL 007/2012 (Lote G), e tem como principal objetivo, transportar parte da energia gerada pela usina de Belo Monte (aprox. 11 000 MW), promovendo um reforço estrutural nas interconexões Norte/ Nordeste e Nordeste/Sudeste.

A LT 500 kV Barreiras II/ Rio das Éguas/ Luziânia/ Pirapora 2 se desenvolve nos estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais atravessando os seguintes municípios (figura 1):

- Bahia: Barreiras, São Desidério, Correntina e Jaborandi
- Goiás: Posse, Simolândia, Alvorada do Norte, Flores de Goiás, Vila Boa, Formosa, Cabeceiras, Cristalina, Luziânia
- Minas Gerais: Cabeceira Grande, Unaí, Dom Bosco, Brasilândia de Minas, Buritizeiro e Pirapora

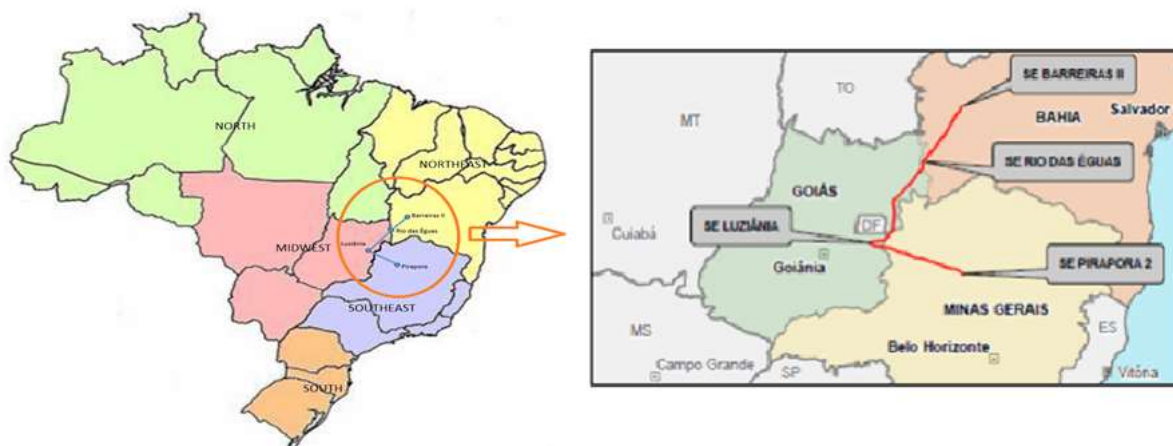


Figura 1: Projeto Paranaíba - Localização Geográfica

3.0 GESTÃO FUNDIÁRIA

Para a gestão fundiária ou “desimpedimento de faixa”, a Paranaíba Transmissora contratou uma empresa consultora especializada, a qual, após na realização de sobrevoo sobre o traçado previsto e definição da faixa de servidão (60m e 75m no local das torres CRS), preparou a “pauta de valores” para indenizações conforme a norma ABNT NBR 14.653.

Após a identificação das divisas, elaboração das plantas cadastrais, e reconhecimento cartorial, as negociações com os proprietários foram iniciadas. Ao total, foram identificados 757 propriedades e 49 travessias. Deste total, cerca de 737 aceitaram “negociação amigável” sendo construída, então a “servidão administrativa de uso compartilhado da faixa” com registro em cartório através de escritura pública.

Após a Declaração de Utilidade Pública (DUP) emitida pela ANEEL foram iniciados os processos jurídicos de solicitação de “imissão na posse”, naquelas áreas onde os proprietários não aceitaram negociação.

De uma forma geral, pode-se dizer, que os maiores entraves nesta gestão fundiária foram: propriedades sem documentação legalizada (espólios, etc), sindicatos rurais, grandes proprietários rurais do agronegócio.. Como resumo do processo fundiário, pode-se destacar:

- Propriedades: 757
- Travessias: 49
- Emissão DUP: 05/03/14
- Processos negociados: 737
- Jurídicos com imissão na posse: 20

4.0 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental do empreendimento Paranaíba Transmissora seguiu o rito completo, através de elaboração do Estudo do Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto do Meio Ambiente –RIMA.

O Projeto, desde 2017, se encontra em Operação Comercial e segue todos os programas do Programa de Gestão Ambiental da Operação, sendo eles:

- Sistema de Gestão Ambiental (PGA);
- Plano de Ação de Emergência (PAE);
- Programa de Comunicação Social (PCS);
- Programa de Educação Ambiental (PEA);
- Programa de Monitoramento das Interferências Eletromagnéticas;
- Programa de Monitoramento da Ocupação da Faixa de Servidão, Acessos e Entorno;
- Subprograma de Avaliação da Interação da Fauna Alada com a LT;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);
- Programa de Prevenção, Monitoramento e Controle de Processos Erosivos;
- Programa de Reposição Florestal;
- Programa de Regularização de Reserva Legal; e
- Programa de Gestão do Patrimônio Cultural e Arqueológico.

Neste informe, daremos ênfase ao Programa de Reserva Legal e em como a empresa resolveu essa questão, tendo em vista o Cadastro Ambiental Rural (CAR), requisito legal que tem como objetivo integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, bem como combate ao desmatamento. A questão é que muitas propriedades ainda não possuem esse Cadastro devidamente implantado, criando assim imensas dificuldades na gestão destas pendências. Por questões legais, uma das obrigações da Paranaíba foi efetuar o cadastramento de todas as propriedades cuja as RLs foram atingidas, parcial ou totalmente, para a implantação da faixa de serviço, bem como regularizar todas as RLs atravessadas pela LT.

5.0 PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL

Para a instalação da LT 500 kV Barreiras II – Rio das Éguas – Luziânia – Pirapora 2, foi necessário a supressão da vegetação nativa ao longo da LT para a implantação da faixa de serviço e das praças de torres. Sendo que algumas dessas regiões submetidas à supressão estão inseridas em área de Reserva Legal (RL) das propriedades rurais interceptadas pelo traçado. Diante disso, foi exigido pelo Núcleo de Licenciamento do IBAMA de Tocantins, responsável pelo processo de licenciamento do empreendimento, por meio da Autorização de Supressão Vegetal, que a supressão de vegetação em áreas de Reserva Legal fosse condicionada à manifestação oficial dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente quanto às medidas a serem adotadas para a intervenção nessas áreas.

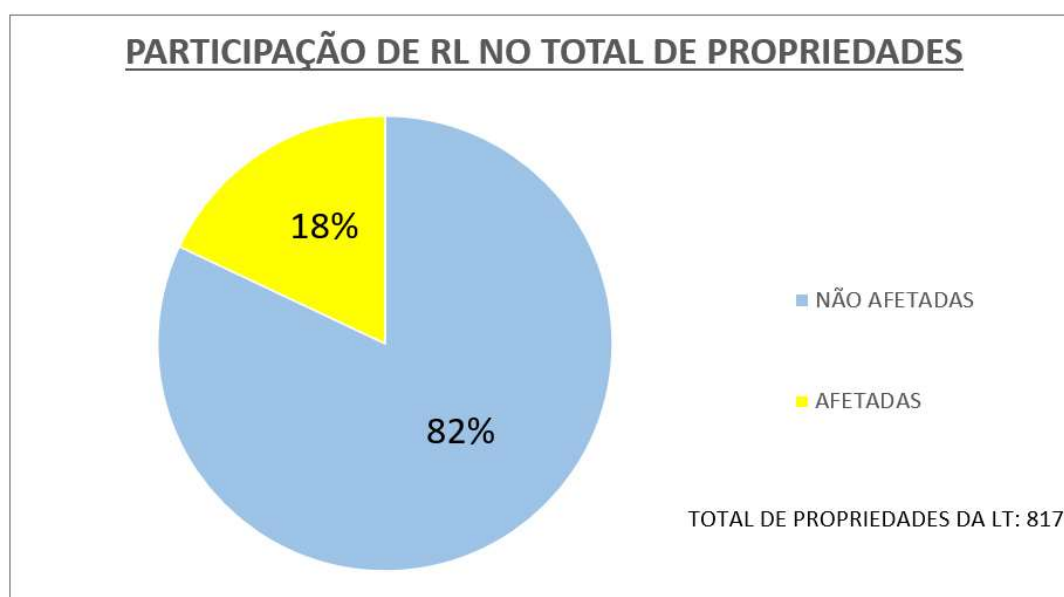
Assim, depois do posicionamento dos órgãos estaduais, foi decidido que se fizesse um “entendimento entre empreendedor, proprietário e órgão estadual de meio ambiente considerando as especificidades da legislação ambiental de cada estado envolvido, quanto às medidas de compensação a serem aplicadas nessas áreas”.

Essa determinação deu origem ao Programa de Regularização de Reserva Legal. Sendo assim, a Paranaíba criou uma equipe multidisciplinar composta por representantes das Áreas de Meio Ambiente, Fundiária e Gerente de Campo, com o objetivo de atender à determinação do IBAMA, que se compõe de conjunto de procedimentos, a serem conduzidos pela empresa para atender a Lei nº 12.651/2012 de Regulamentação do CAR, necessários à realocação das Reservas Legais nas porções onde houve interferência da LT.

As atividades propostas para a regularização das Reservas Legais interceptadas são divididas em quatro etapas:

- (i) Identificação das Reservas Legais (localização, georreferenciamento, quantificação da área a ser regularizada), muitas ainda inexistentes ou não identificadas nas propriedades;
- (ii) Análise caso a caso e tomada de decisão em relação à modalidade de regularização das Reservas Legais;
- (iii) Execução da regularização, nos órgãos estaduais, de todas as Reservas Legais afetadas pela construção da LT com base nos resultados obtidos na etapa anterior;
- (iv) Comprovação das atividades executadas ao IBAMA.

Para dar sequência a essas atividades, um profissional foi destacado “full time” para contato direto com os proprietários no campo, buscando resolver essa questão, através de uma negociação de uma forma mais amigável. No gráfico abaixo, é apresentado a quantidade de Propriedades interceptadas pela Linha de Transmissão que possuem Reserva Legal.



6.0 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Programa de Comunicação Social foi uma solicitação do órgão ambiental e as ações desse programa visam a ampliação a visibilidade das informações pertinentes à fase de operação do empreendimento e a divulgação dos canais de contato direto com entre o empreendedor e a área diretamente afetada.

Nesse Programa há a divulgação do canal de ouvidoria, composto por um sistema telefônico onde todos os contatos são repassados a Paranaíba. Sendo assim, o responsável pela Reserva Legal, ficou sendo responsável também por essa questão.

Sendo assim, juntando esses dois Programas, criou um vínculo maior com os proprietários, gerando meios e produtos para garantir ampla e antecipada divulgação de informações sobre o empreendimento, sua operação comercial e as questões da regularização da Reserva Legal.

5.0 RESULTADOS OBTIDOS / CONCLUSÕES

O Programa de Regularização de Reserva Legal vem apresentando resultados positivos, a maioria dos proprietários estão com a propriedade regularizada e a empresa está auxiliando no Cadastro Ambiental Rural.

Além disso, no Programa de Comunicação Social, houveram fichas de ouvidorias apresentando dúvidas, críticas e muitos elogios às atividades realizadas.

Sendo assim, com a junção do mesmo profissional nesses dois programas, a empresa consegue obter melhores resultados, a comunicação se tornou mais amigável e as soluções encontradas foram mais rápidas e satisfatórias para ambos os lados.

DADOS BIOGRÁFICOS

- (1) EIA LT Barreiras II / Rio das Éguas / Luziânia / Pirapora 2
- (2) Programa de Gestão Ambiental da Operação da Paranaíba

DADOS BIOGRÁFICOS



Luíza Lemos Nogueira Martins. Formada em Engenharia de Recursos Hídricos e Meio Ambiente na Universidade Federal Fluminense. MBA em Gerenciamento de Projetos pela FGV/RJ e cursando MBA Executivo em Administração: Negócios do Setor Elétrico pela FGV/RJ. Inglês avançado. Atualmente trabalha como coordenadora de projetos na Paranaíba Transmissora de Energia.